

RE no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.332 - SP (2018/0270076-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : ALVAIR CARDOSO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : ANTÔNIO POSSIDÔNIO SAMPAIO - SP016807
TARSO MENEZES DE MELO - SP184510
ADVOGADA : CAROLINA AGRELA TELES VERAS E OUTRO(S) - SP167503
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 599. PARADIGMA NÃO JULGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO SOBRESTADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por ALVAIR CARDOSO DE OLIVEIRA, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 175/176):

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DECIDIDA EM RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. SÚMULA N. 507/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO FUNDAMENTADA NAS SÚMULAS 83 E 568/STJ (PRECEDENTE JULGADO SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL OU SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS). MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º C/C § 5º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II – Esta Corte, ao julgar o Recurso Especial n. 1.296.673/MG, submetido ao rito do art. 543-C, firmou entendimento segundo o qual somente é possível a cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria se a lesão incapacitante, geradora do auxílio-acidente, e a concessão do jubramento forem anteriores à alteração do art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei n. 8.213/1991, promovida em 11.11.1997 pela Medida Provisória n. 1.596-14/1997, posteriormente convertida na Lei n. 9.528/1997. Incidência da Súmula n. 507/STJ.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Honorários recursais. Não cabimento.

V – Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero improvido do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta improcedência do recurso a autorizar sua aplicação.

VI – Considera-se manifestamente improcedente e enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 nos casos em que o Agravo Interno foi interposto contra decisão fundamentada em precedente julgado sob o regime da Repercussão Geral ou sob o rito dos Recursos Repetitivos (Súmulas ns. 83 e 568/STJ).

VII – Agravo Interno improvido, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

No recurso extraordinário, às fls. 192/198, alega o recorrente a repercussão geral da matéria e a violação ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. Sustenta que a suspensão do auxílio-acidente vitalício, concedido judicialmente em 1993, se deu antes da alteração legislativa (Lei n. 9.528/97) que lhe retirou a vitaliciedade. Aduz que a impossibilidade afirmada no acórdão impugnado de cumular esse benefício com a aposentadoria viola o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

Decorreu o prazo sem a apresentação das contrarrazões (certidão à fl. 205).

É o relatório.

Decido.

O Supremo Tribunal Federal, ao analisar o RE 687.813/RS, da relatoria do Ministro Luiz Fux, reconheceu a repercussão geral da matéria referente à "acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.397/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva" (Tema 599/STF).

Eis a ementa do referido julgado:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-SUPLEMENTAR. CONVERSÃO EM AUXÍLIO-ACIDENTE. POSTERIOR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS. LEIS NºS 6.367/76 E 8.213/91 E MP Nº 1.596/1997 - CONVERTIDA NA LEI Nº 9.528/97. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA REPERCUSSÃO GERAL NOS

Superior Tribunal de Justiça

RE NºS 416.827 E 415.454. DIVERSIDADE. NECESSIDADE DE CRIVO DO PLENÁRIO. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."
(RE 687.813 RG, Relator Min. LUIZ FUX, julgado em 4/10/2012, processo eletrônico DJe-204, divulgado em 17/10/2012, publicado em 18/10/2012.)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, c/c o artigo 328-A do RISTF, determino o SOBRESTAMENTO do recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito do Supremo Tribunal Federal acerca do Tema 599/STF da sistemática da repercussão geral.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente